



Instituto Federal de Brasília
Campus Brasília
Curso Pós-graduação

Carmita Moraes de Oliveira
Priscila Souza Figueiredo de Paula

**Políticas Públicas de Profissionalização do PRONATEC - Estudo de Caso
do Instituto Federal de Brasília - *Campus Brasília***

Brasília

2019

CARMITA MORAIS DE OLIVEIRA
PRISCILA SOUZA FIGUEIREDO DE PAULA

**Políticas Públicas de Profissionalização do PRONATEC - Estudo de Caso
do Instituto Federal de Brasília - *Campus Brasília***

Artigo ao Curso Pós-graduação em Gestão Pública do
Campus Brasília do Instituto Federal de Brasília como
requisito parcial para obtenção de título de Especialista em
Gestão Pública Governança e Políticas Públicas.

Orientador: Davi Lucas Macedo Neves Cruz

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Davi Lucas Macedo Neves Cruz - Orientador

Saulo Marques da Cunha

Tiago Borges dos Santos

Políticas Públicas de Profissionalização do PRONATEC - Estudo de Caso do Instituto Federal de Brasília - Campus Brasília

OLIVEIRA, C. M.¹

PAULA, P.S.F.²

RESUMO - *Este trabalho busca a observação da metodologia de políticas públicas de educação profissional para os jovens e a inclusão no mercado de trabalho no Distrito Federal, tomando por base o Instituto Federal de Brasília – Campus Brasília. Diante de diversos avanços tecnológicos e da necessidade de mão-de-obra cada vez mais qualificada no Brasil, o Governo Federal juntamente com a Secretaria Nacional da Juventude, resolveu investir em educação profissionalizante, e assim inovar nos seus programas dando início ao Projovem Urbano, PRONATEC e PROUNI entre outros. Neste artigo utiliza-se uma pesquisa bibliográfica e documental para descrever como funcionou um dos programas de educação profissional e os programas fomentados pelo governo dentro do Instituto Federal de Brasília – Campus Brasília. A análise dos dados do PRONATEC no Instituto Federal de Brasília – Campus Brasília será o ponto de partida para entender o que deve ser feito para sanar as dificuldades de aprendizagem profissional e a inclusão dos jovens no mercado de trabalho, pois profissionalizando será possível obter uma melhor ascensão no cenário atual do Brasil.*

PALAVRAS-CHAVE: *Políticas Públicas. Juventude. Qualificação. Mercado de Trabalho.*

ABSTRACT- *This paper seeks to observe the methodology of public policies for vocational education for young people and inclusion in the labor market in the Federal District, based on the Federal Institute of Brasília - Campus Brasília. Faced with various technological advances and the need for an increasingly qualified workforce in Brazil, the Federal Government, together with the National Youth Secretariat, decided to invest in vocational education, and thus innovate in its programs by starting Projovem Urbano, PRONATEC and PROUNI among others. This article uses a bibliographic and documentary research to describe how one of the professional education programs and the government-sponsored programs worked within the Brasilia Federal Institute - Brasília Campus. The analysis of PRONATEC data at the Federal Institute of Brasilia - Campus Brasilia will be the starting point to understand what must be done to remedy the difficulties of professional learning and the inclusion of young people in the job market. rise in the current scenario in Brazil.*

KEYWORDS: *Public Policies. Youth. Qualification. Labor market.*

¹ Graduada em Administração (Faculdade Fortium). E-mail: carmita.morais@gmail.com

² Especialista em Gestão Estratégica Empresarial (INEFE). Graduada em Administração (Faculdade Alvorada). Email: pripaula2002@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Ultimamente o Governo Federal vem adotando políticas públicas para juventude, isso porque segundo a Secretaria Nacional da Juventude, os jovens vêm exercendo participação notória na sociedade, em especial, na atividade econômica do país.

Com o objetivo verificar as políticas públicas na área de educação profissional voltadas para os jovens bem como a inclusão dos supracitados no mercado de trabalho, baseando se inicialmente em um levantamento bibliográfico, procura se analisar a importância da criação de políticas públicas para a juventude.

Tendo em vista que a população jovem busca espaço profissional no mercado de trabalho se faz necessária uma qualificação adequada e atualizada, para que seja possível atender as expectativas não só dos empregadores, mas das pessoas que vão receber os serviços prestados por esses profissionais.

A educação profissional em consonância com a educação regular deve atender os principais interessados em se qualificar, os jovens, conferindo a eles certificação e recursos para aprenderem uma profissão e poderem exercer lá a fim de trazer poder aquisitivo para essa parte população, além de fazer girar a economia com mão de obra qualificada.

No Brasil temos como tradição voltar todas as políticas sociais a algum público-alvo, os jovens apresentam-se como um público que em geral vem requerendo um olhar mais profundo. Assim, em 2004 foi realizado um diagnóstico da situação dos jovens brasileiros que resultou da necessidade de se desenvolver práticas governamentais que gerem algo que garanta os direitos e ofereça oportunidades a esses jovens.

Como afirma Frigotto,

As políticas públicas relacionadas ao trabalho e à educação dos jovens brasileiros da classe trabalhadora são, no plano econômico social e ético-político, tão imprescindíveis quanto complexas. [...] O caráter imprescindível das políticas públicas deriva da necessidade real para milhares de jovens de ingressar precocemente na luta pela sobrevivência em face do monstro social em que nos transformamos. (Frigotto, apud Lima, 2015, p.2)

E tomando por base a Pesquisa Nacional por amostra de domicílio (PNAD) -2019/1 = 40% (7 milhões de jovens desempregados), pode se observar a necessidade de avanço das políticas profissionalizante voltadas para juventude. Pois hoje temos jovens menos experientes e com baixa qualificação.

Sendo assim voltando esse estudo para o “Política” profissionalizante do PRONATEC, pois assim será possível demonstrar inserção e o retorno da população, principalmente os

jovens, para o mercado de trabalho e direcionar um olhar crítico e propositivo às ações e avanços das políticas públicas de educação para a profissionalização. Este artigo foi elaborado através da revisão bibliográfica, para assim demonstrar o avanço das políticas públicas para educação na região central do Distrito Federal.

2. OBJETIVOS

2.1.1. OBJETIVO GERAL

- Identificar o “PRONATEC como conjunto de política pública de educação profissional implementada no Distrito Federal”, verificando seus indicadores de aplicabilidade em um determinado Instituto Federal.

2.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Pesquisar o PRONATEC como conjunto de política pública de educação profissional fomentada pela Secretaria Nacional da Juventude e do Ministério da Educação;
- Verificar a formação educacional profissional dos jovens;
- Analisar a inclusão dos jovens no mercado de trabalho frente aos programas de profissionalização para a juventude.

3. JUSTIFICATIVA

Com base nas políticas públicas voltadas para a juventude, que se consolidaram no Brasil somente a partir dos anos 90, e tinham como objetivo reduzir a desigualdade entre os jovens, cabe destacar como marco histórico para o avanço dessas políticas voltadas para juventude, à mobilização realizada por diversos setores da sociedade para a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 mais conhecida como Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

Inicialmente o ECA, trazia o conceito de juventude que englobava o adolescente entre quatorze e dezenove anos, porém existem indícios de que esta definição não estava sendo suficiente para atender a complexidade dessa categoria da população que se mostra volumosa, então surgiram outras noções e definições para o termo adolescência, para identificar um jovem. Onde por outro lado a Organização Internacional da Juventude (OIJ), caracterizou como jovem o indivíduo que se encontra entre os 10 e 29 anos de idade (ESTEVES, 2005), já para Organização Mundial de Saúde (OMS, 1989), este é representado por indivíduos na faixa etária entre 10 e 19 anos. Voltando ao ECA e seu artigo 2º considera adolescente, neste caso, para os efeitos da lei, a pessoa entre 12 e 18 anos de idade incompletos (BRASIL, 1990).

E conforme a exposição de motivos nº 13/GM – MTE, de 8 de maio de 2000, que embasou o projeto de lei nº 2.845 de 2000, a crescente demanda de mão-de-obra qualificada no mercado de trabalho do mundo globalizado e informatizado torna a profissionalização uma prioridade, fazendo com que tanto a escolaridade quanto a aprendizagem sejam valorizadas. E por outro lado temos razões que justifiquem o aumento da idade mínima para o trabalho, pela emenda constitucional nº 20 de 1998, que estabeleceu a idade mínima de 16 para trabalhar, o que reduziu o mercado de trabalho do adolescente, porém surgiu a necessidade de qualificação da mão-de-obra que atualmente é cada vez maior, exigindo uma revisão da legislação relativa ao trabalho do menor.

De acordo com o que foi instituído pelo ECA no ano de 2004, o Congresso Nacional volta a analisar possibilidades de mudança nas políticas e na faixa etária para que um cidadão possa ser considerado jovem no Brasil, e então institui um projeto de lei para constituir o Estatuto da Juventude, que foi acompanhado por uma comissão especial destinada a estudar propostas de políticas públicas para juventude. Em seu artigo 1º esta lei institui o Estatuto da Juventude destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade entre quinze e vinte e nove anos, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.069, de 12 de julho de 1990 e dos demais diplomas legais pertinentes. (BRASIL, 2004). Com base nesse arcabouço, sendo complementado em 5 de agosto de 2013 pela Lei nº 12.852 institui-se o Estatuto que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

Nos últimos anos o Brasil vem adotando programas voltados para os jovens. Segundo o Portal da Secretaria Nacional da Juventude, pesquisas demográficas apontam que o Brasil passa por uma situação favorável com relação ao desenvolvimento econômico pautado na juventude. Isto está relacionado ao fato de que a população ativa apta para trabalhar, tem como maioria, os jovens. Essas pesquisas ainda revelam que o Brasil vivenciará o nível mais alto deste fenômeno em 2020. Por isso, se faz necessária uma abordagem maior do Governo Federal em proporcionar e garantir os direitos básicos dos jovens.

Neste contexto, buscamos identificar as políticas públicas de profissionalização para juventude. Ao analisar as políticas públicas de formação educacional e profissional para juventude teremos uma visão holística sobre os principais benefícios para os jovens que participaram desta formação, além de nos permitir verificar a inclusão no mercado de trabalho depois de concluído os cursos.

4. REFERÊNCIAL TEÓRICO

4.1. A Gestão Pública

O que é Gestão Pública? Um conceito geral aborda a Gestão Pública como uma área do conhecimento dedicada ao estudo das atividades relacionadas à *gerência* de instituições públicas, cabendo ao profissional coordenar, planejar e executar processos em departamento estaduais e além de conhecimentos específicos em políticas públicas, legislação regulamentadora e teorias clássicas da administração.

Para Lima (2006):

Gestão é a capacidade de fazer o que precisa ser feito. Em uma gestão pública não se pode esquecer a capacidade de se atentar e permanecer no posicionamento da organização planejada, para que assim, a missão possa ser cumprida. “Ainda acredita que uma boa organização na gestão pública está relacionada à uma alta capacidade de gestão, que por sua vez, relaciona-se com a “melhor relação entre recurso, ação e resultado”.

Neste sentido, pode-se dizer que quanto maior for a demanda, isto é, a necessidade de um planejamento eficiente, maior deverá ser a capacidade do gestor público, principalmente se os recursos disponíveis forem escassos.

A Gestão Pública pressupõe, portanto, considerar princípios e valores que a torne uma ação de modelo em excelência, uma vez que ao lidar com recursos públicos, relações entre as pessoas que estão a serviço da gestão ou da administração pública, a execução das políticas públicas deve contribuir para o exercício dos direitos e da cidadania do povo; exige por parte dos gestores, além da competência técnica e política, capacidades de planejar e executar as ações em consonância com os interesses da maioria da população.

Considerando as abordagens acima no que trata as dimensões de mudanças e desafios da Gestão Pública, também se faz necessário levar em conta os aspectos essenciais do planejamento, importante elemento para o bom desempenho da Gestão Pública, com ênfase na elaboração do Planejamento Estratégico.

No entanto, embora se perceba várias mudanças na forma prática do fazer da Gestão Pública, ainda prevalece a “visão de mercado” onde o foco está voltado para resultados que considerem prioritariamente a produtividade, os clientes, o mercado, a competição, os produtos, os serviços, o lucro, a concorrência, a superação, etc. E esta visão de gestão e planejamento nas

empresas (e também nas administrações pública), muita das vezes não leva em conta as dimensões de: responsabilidade, das relações humanas, do atendimento preciso e respeitoso, onde, os princípios da competência, visão de futuro, oportunidades e sustentabilidade sejam elementos fundamentais para garantir o bom desempenho do gestor e dos servidores para que o serviço público esteja a contento e ao alcance dos direitos e da cidadania.

Estas são as premissas que na prática uma Gestão Pública com transparência das ações e do uso dos recursos públicos, bem como a valorização da participação nas Políticas Nacional de Juventude. Neste sentido, pautar as políticas públicas de juventude é ao mesmo tempo, pautar as demandas dos jovens e as conquistas para efetivação de seus direitos e o fortalecimento de sua participação social, por isto, se faz importante registrar a existência de um significativo acervo pelo país afora sobre estas elaborações, seja do ponto de vista das abordagens conceituais, seja no campo das conquistas legais, ou ainda, do reconhecimento da existência de uma vasta elaboração relativa ao resgate histórico das conquistas e das lutas da juventude brasileira.

4.2 As Políticas para a Juventude

A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), em diálogo com artigos que retratam a juventude e políticas públicas no Brasil, nos quais alguns autores apresentam a importância dos eixos de reflexão em torno das Políticas Públicas de Juventude (PPJ), no qual trata a intervenção do poder executivo com preocupações voltadas para a formulação e implementação das PPJ.

Dentre as várias políticas públicas para juventude desenvolvidas pela SNJ, em que pese as dificuldades para implementá-las, cabe ressaltar as que focaram mais esforços na educação e na qualificação para o mercado de trabalho e, seguindo essa linha, podemos abordar um pouco do Programa Projovem Urbano, o PRONATEC, o PROUNI entre outras.

O Programa Projovem Urbano tem como objetivo reinserir jovens da faixa etária de 18 a 29 anos no âmbito escolar, e proporcionar que esses jovens tenham a oportunidade de finalizar o ensino fundamental, onde em benefício a este estudo no Programa Projovem esse estudante irá aprender um ofício profissionalizante em paralelo ao ensino regular, onde a expectativa desse programa é incluir na sociedade jovens em situação de vulnerabilidade como os de unidades prisionais, no qual eles sejam atendidos pelo programa e demonstrem o interesse em dar continuidade aos estudos. Com base em dados do site do ministério da educação no ano de 2013 dos 15 estados e 124 municípios o Brasil conseguiu matricular 122,9 mil estudantes na faixa de 18 a 29 anos (MEC).

O PROUNI é uma política voltada para o acesso dos jovens à universidade, também conhecido como Universidade para todos, que tem a finalidade de conceder bolsas de estudo integrais ou parciais em cursos de graduação nas instituições de ensino superior privadas.

Programa criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa, no qual desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2016, mais de 1,9 milhão foram atendidos pelo PROUNI, sendo 70% deles com bolsas integrais (MEC).

Outra política focada na formação e qualificação em nível técnico, o Programa Nacional de Acesso ao ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que tem como objetivo a expansão do ensino técnico e profissionalizante de nível médio, uma, além de criar cursos de Formação Inicial e Continuada para que os trabalhadores voltem ao mercado de trabalho, com esse programa o governo visou expandir os cursos das escolas técnicas.

Porém, para assegurar a inclusão emancipação, autonomia e garantia de direitos da juventude e as políticas públicas de juventude como política de Estado, devem promover:

- Articulação entre órgãos de governos no âmbito: federal, estadual e municipal para pautar e assumir compromissos com políticas voltadas para a juventude;
- Elaboração e articulação de Programas, Pactos, GT'S – (Grupos de Trabalho) específicos para o enfrentamento de um ou vários problemas sociais na vida dos jovens, buscando soluções e construindo parcerias para este fim;
- Participação para Fortalecimento da Política Nacional de Juventude;
- Garantir a mobilização social e produção de conhecimento, tendo como base a realidade e demandas da juventude brasileira;
- Fortalecimento dos mecanismos de participação para monitoramento, proposição e controle social das PPJ's através do CONJUVE (Conselho Nacional de Juventude) e dos Conselhos Estaduais e Municipais e Distritais (SNJ, 2019).

Cabe ressaltar que além de todos os fatores citados acima, para a implementação de uma política pública, as Governo se depara com problemas que podem dificultar a implementação das mesmas, mesmo sendo bem articulada na sua criação.

4.3. Implementação das Políticas Públicas

Por outro lado, no Brasil em 2003, durante o governo Lula, foram criadas medidas para impulsionar a economia e minimizar a dificuldade para implementação das políticas públicas para a juventude. Assim foi iniciada uma trajetória que até o momento era inédita ao mercado

de trabalho brasileiro. Teve início a criação de novos postos de trabalho que a partir desse período houve um relativo crescimento econômico, e como consequência começaram a surgir indícios da escassez de mão-de-obra qualificada. Assim, o governo dirigiu seus esforços, nesse período, para a expansão do PRONATEC onde em 26 de outubro de 2011 sanciona a Lei nº 12.513 que institui o Programa Nacional de Acesso ao ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

A partir da criação desse programa, os cursos técnicos entravam cada vez mais em expansão, mas cabe lembrar que ele não foi o fundador das escolas técnicas.

Nesse contexto de avanços e mudanças no âmbito trabalhista, retomamos os estudos as primeiras escolas técnicas que foram criadas em 1909 quando então o presidente, Nilo Peçanha, assinou o decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909, sendo esse ato considerado como marco inicial ao ensino profissional, científico e tecnológico, de abrangência federal no Brasil. Em 1942, o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, promoveu uma reforma no sistema educacional Brasileiro que equiparou o ensino profissional e técnico ao nível médio, e renomeou os Liceus Industriais como Escolas Industriais e Técnicas (EITs), Em 1959 as (EITs) se transformaram em Escolas Técnicas Federais (ETFs), e no período de 1909 a 2002 rede federal experimenta um aumento de unidades onde foram construídas 140 escolas técnicas em todo o país, porém sua maior expansão foi a partir de 2003, quando foram construídas cerca de 500 unidades. (MEC).

Após a implementação das políticas públicas cabe ao governo garantir o acesso dos jovens aos programas e ações, assegurando seus direitos de cidadania e ampliação da sua capacidade de inclusão e participação social, esses programas devem priorizar jovens que estão em vulnerabilidade social, e já participam de outros programas do governo.

Segundo Secchi (2013), política pública é uma diretriz formulada para enfrentar um problema público. A política pública é orientada à atividade ou à passividade de alguém.

Ainda segundo o mesmo autor, uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e a resposta a um problema público, ou seja, o motivo para estabelecer uma política pública é o remédio ou a resolução de um problema entendido como coletividade relevante.

O Portal da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) destaca que a população jovem brasileira é muito diversa em aspectos de etnia, cultura, classe social e ainda atravessada por desigualdades. No ano de 2013, a Secretaria Nacional de Juventude ouviu mais de 3 mil jovens, nas 27 unidades federativas do país para realizar uma pesquisa para traçar o perfil dos jovens brasileiros e entender as suas principais necessidades, entre elas cabe ressaltar que todos

almejam uma boa colocação no mercado de trabalho para assim ter uma vida financeiramente mais confortável.

O Portal ainda destaca que com base nas informações obtidas pela pesquisa que o Governo Federal priorizou a construção de políticas públicas capazes de assegurar plenamente os direitos dos jovens e a participação efetiva deles no projeto de desenvolvimento do país. Desde 2005, o Brasil, por meio da Secretaria Nacional da Juventude, vem desenvolvendo uma série de medidas para atender a população jovem. Entre elas, o Plano Nacional de Juventude que reúne metas a serem atingidas, em variados eixos temáticos como emancipação e bem-estar juvenil, desenvolvimento de cidadania e igualdade de oportunidade, que pode ser complementado pela profissionalização desse jovem através do PRONATEC.

Para Ribeiro (2011), pensar na relação juventude, educação e políticas públicas, em um mundo que está em constante processo de transformação, é uma tarefa bem árdua. Exige de todos nós a observação e análise sobre os modos como esse conjunto de novos e velhos problemas sociais, políticos e educativos têm atingindo de forma direta e indireta a juventude e os processos educativos por elas vivenciados.

4.4. Políticas Públicas de Educação Profissional voltadas para a Juventude no Brasil

Com base em Ribeiro (2011), para colocar nas agendas públicas as demandas da juventude, a educação e a igualdade de oportunidades, devem ser algo além do sistema regular de ensino.

A agenda pública é um conjunto de problemas ou temáticas relevantes para sociedade. Ela pode ser um programa de governo, um planejamento orçamentário, um estatuto partidário ou uma lista de assuntos a serem tratados no comitê de um jornal. (SECCHI, 2013)

Para Neri (2014), ao analisar a demanda por educação profissional é percebida a dificuldade em relação à educação regular. Primeiro a educação profissional é necessariamente complementar à educação regular, e desta condição advém suas virtudes e defeitos.

O mesmo autor ainda destaca que a educação profissional é um conjunto de atividades educativas para formação ou aperfeiçoamento profissional, fazendo-se necessário para o seu desenvolvimento que haja pelo menos um instrutor ou professor responsável pelos alunos. Essa formação pode ser ministrada em escolas, empresas ou em qualquer outra instituição e está organizada em três segmentos: qualificação profissional, técnico de nível médio e graduação tecnológica.

Qualificação profissional, o chamado de curso de formação inicial e continuada (FIC) ou curso básico, é qualquer curso de formação para o exercício de uma atividade ou tarefa

profissional. Estes cursos têm duração variável, conferem certificado de participação, podem ser oferecidos em todos os níveis de escolaridade e, dependendo do tipo, são realizados sem exigência de escolarização. É um tipo de curso que se destaca pela qualificação do profissional para o trabalho, sem o objetivo de aumentar o seu nível de escolaridade.

Curso técnico de nível médio é realizado de forma integrada, concomitante ou após a conclusão do ensino médio. Este tipo de curso é regido por legislação própria e diretriz curricular específica, deverá ser ministrado por escola devidamente credenciada pelo poder público. Confere o diploma de técnico.

O curso superior de graduação tecnológica como nível universitário tem como pré-requisito a conclusão do ensino médio e a forma de ingresso se dá por meio de processo seletivo. Esse curso é focado em uma determinada área profissional, responde às demandas do mundo do trabalho e do desenvolvimento tecnológico. Tem legislação própria e diretriz curricular específica, só pode ser ministrado por escola devidamente credenciada pelo poder público. Também conferido o direito a diploma de tecnólogo.

Sobre as políticas públicas voltadas para os jovens, Eliana Ribeiro (2011), destaca alguns programas fomentados pelo governo federal destinados exclusivamente para os jovens.

PROJOVEM URBANO (Ensino Fundamental) – Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Secretaria Nacional de Juventude.

PROJOVEM CAMPO (Ensino Fundamental) – Saberes da Terra – Ministério da Educação.

O Portal do Ministério da Educação ainda traz uma extensão do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que foi instituído pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, que tem como finalidade a ampliação da oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

4.5. Inclusão dos Jovens no Mercado de Trabalho

Para Corrochano (2011), a análise e a construção de políticas públicas voltadas para o ingresso dos jovens no mercado de trabalho no tempo atual traz muitas ambiguidades e tensões que atravessam a categoria juventude e as trajetórias das jovens gerações na contemporaneidade. São jovens que, nasceram em meio à crise e às intensas transformações que tiveram lugar no mundo do campo do trabalho nos últimos tempos.

O processo de entrada dos jovens no mercado de trabalho envolve questões particulares,

que normalmente não são observadas da mesma maneira em outros grupos de trabalhadores. Essas diferenças estão associadas principalmente a questões de informação. Por um lado, os empregadores possuem pouco conhecimento sobre os jovens sem experiência prévia, enquanto, por outro, esses mesmos jovens ao fazerem a transição da escola para o mercado de trabalho também carecem de informações sobre as tarefas desenvolvidas ou sobre o ambiente em cada tipo de emprego. Além disso, o fato de o desempenho em várias atividades geralmente depender da experiência do indivíduo no emprego também contribui para que os jovens sejam muitas vezes pouco valorizados. (NERI, 2014).

Por outro lado, para Ribeiro (2011):

Talvez um bom estímulo para a continuidade, permanência e conclusão dos jovens na escola ou em programas educacionais, formais ou não formais, seja o acesso a redes sociais de aproximação com novas possibilidades e oportunidades. Os jovens precisam sentir que estão tendo benefícios concretos com a escolarização, tanto nos sentidos cognitivos e afetivos quanto, sobretudo, na dimensão da perspectiva de futuro, encontrando significado nas experiências e trajetórias educacionais. (Ribeiro, 2011, p 41).

Com base na citação acima pode se observar, o quanto é importante à criação de políticas públicas de educação profissional, voltada para o público jovem, pois com cursos profissionalizantes será mais fácil a sua aceitação no mercado de trabalho.

Com isso será de suma importância verificar a implementação de uma política pública, pois não basta apenas criá-las, é necessário que seja feito o acompanhamento das mesmas. Buscar a integração da educação profissional e o mercado de trabalho no sentido de identificar quais são as competências que o mercado de trabalho necessita e capacitar os jovens conforme essa demanda é um dos indicadores que as políticas públicas estão sendo implementadas conforme o que foi planejado para sua implementação. Os jovens munidos de competência e capacitados com qualidade conseguiram atender as exigências mercado de trabalho proporcionando mão de obra capaz para o exercício profissional e a partir desse momento esse jovem irá se sentir melhor qualificado verá uma possibilidade de crescimento profissional, e assim, desempenhar melhor suas atividades diárias dentro da uma organização.

4.6. PRONATEC: Avanços e Resultados

Percebe-se que no Brasil são destinadas muitas ações de ampliação ao acesso da educação profissionalizante, porém existem diversos desafios para que essas políticas públicas possam funcionar na prática. O PRONATEC, política pública de educação profissionalizante

para jovens, implementada no Instituto Federal de Brasília – IFB (Campus Brasília), durante os anos de 2012 a 2014 ofertou inicialmente 23 cursos nos eixos abaixo:

- ambiente, saúde e segurança;
- controle e processos industriais;
- desenvolvimento educacional e social;
- gestão e Negócios;
- informação e comunicação;
- infraestrutura;
- produção alimentícia.

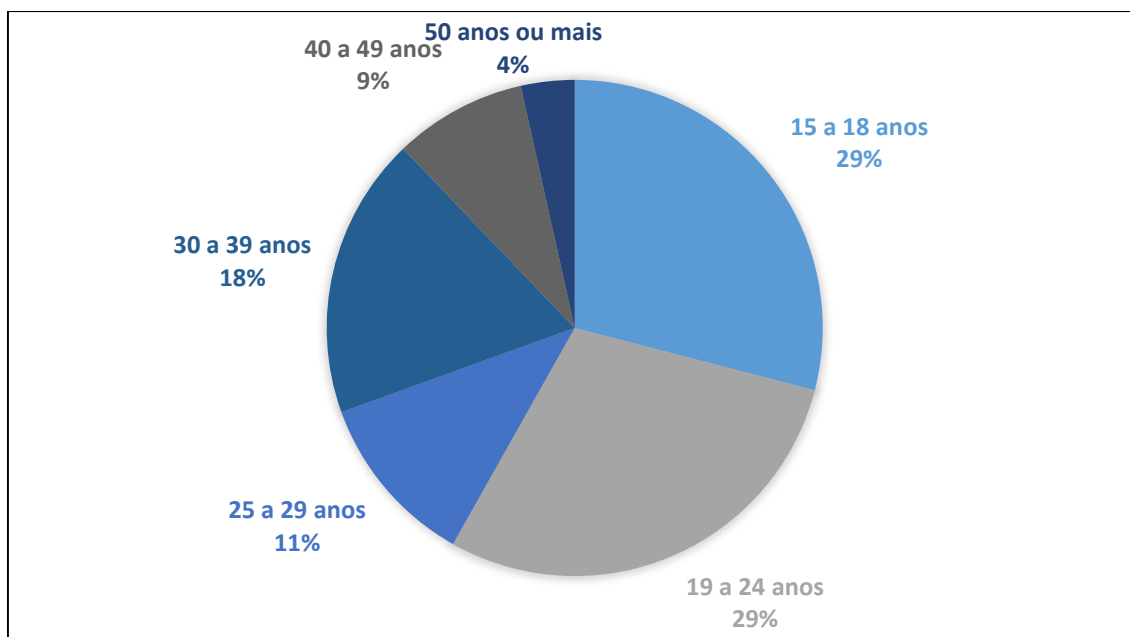
Porém devido a estudo de viabilidade e a demanda de alunos interessados o Instituto Federal de Brasília – (Campus Brasília) ofertou 15 cursos em diferentes eixos de ensino, para atender um público bastante diversificado, totalizando em torno de 2.817 pessoas.

Tabela 1: Cursos ofertados no IFB – Campus Brasília e quantitativo de matrículas por curso

Eixos de Ensino	Cursos	2012/2	2013/1	2013/2	2014/1	2014/2	Total Geral
Turismo hospitalidade e lazer	Agente de Informações Turísticas	-----	61	36	35	-----	132
	Agente de Viagens	32	-----	-----	-----	-----	32
	Camareira em meios de Hospedagem	-----	-----	63	-----	-----	63
	Organização de eventos	98	73	72	79	62	384
	Recepcionista	-----	85	123	-----	-----	208
	Recepcionista de eventos	59	-----	-----	24	-----	83
	Recepcionista em meios de hospedagem	66	51	41	41	28	227
Gestão e Negócios	Auxiliar Administrativo	-----	76	120	37	-----	233
Desenvolvimento educacional e social	Espanhol Aplicado aos serviços Turísticos	-----	59	88	116	-----	263
	Inglês aplicado aos Serviços Turísticos	-----	138	218	233	-----	589
	Libras	81	31	75	78	56	321
	Língua espanhola	56	-----	-----	-----	-----	56
	Língua Inglesa	134	-----	-----	-----	-----	134
Informação e comunicação	Auxiliar em Adm. de Redes	59	-----	-----	-----	-----	59
	Operador de Computador	-----	33	-----	-----	-----	33
	Total Geral	585	607	836	643	146	2817

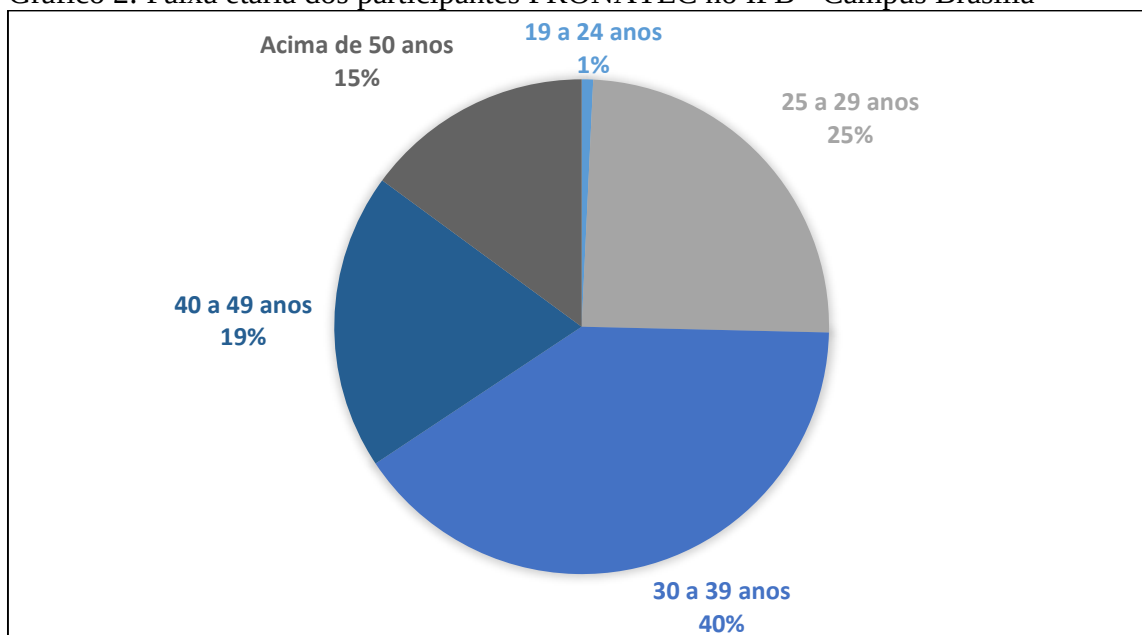
Fonte: Registro Acadêmico do IFB – Campus Brasília

Gráfico 1: Faixa etária dos participantes do PRONATEC no Brasil



Fonte: MEC/SISTEC

Gráfico 2: Faixa etária dos participantes PRONATEC no IFB - Campus Brasília



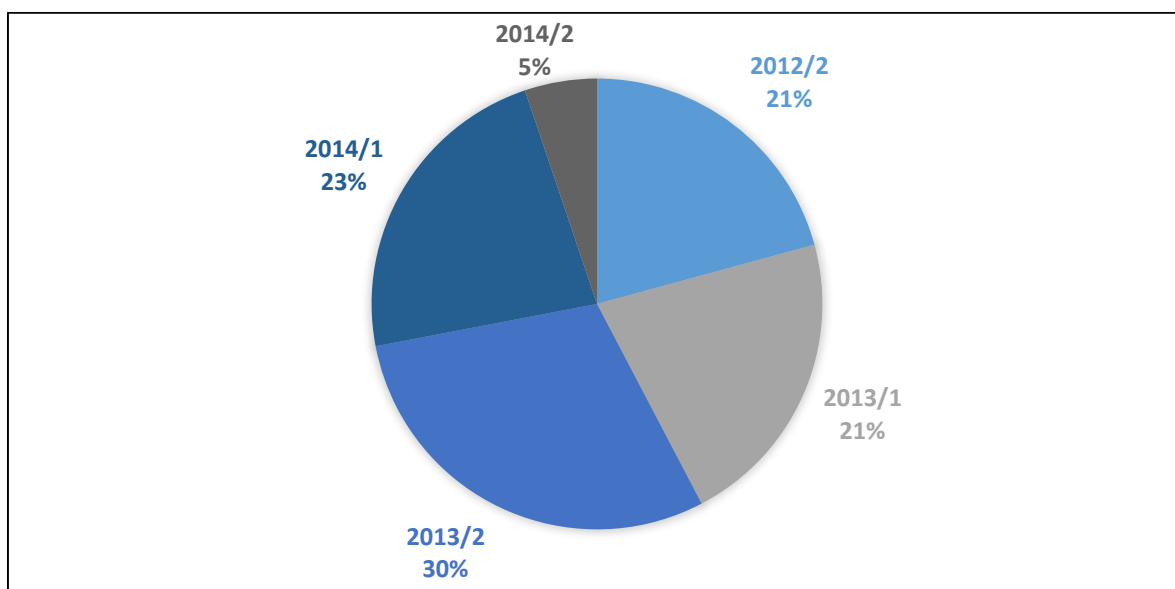
Fonte: Registro Acadêmico do IFB – Campus Brasília

Comparando as informações acima, podemos inferir que 70% dos participantes do PRONATEC no Brasil, são a grande maioria jovens entre 15 e 29 anos, o que ressalta a importância de políticas públicas para a juventude voltadas para a educação profissional no sentido de capacitar esses jovens para o mercado de trabalho além de ampliar as oportunidades

para inserção de profissionais qualificados para desempenhar de forma adequada as funções que lhes forem designadas.

Porém com os dados apresentados no gráfico 2 é possível aferir que no IFB – Campus Brasília a participação no PRONATEC foi um pouco diferenciada, pois temos um quantitativo de mais de 70% dos participantes acima de 29 anos, assim pode-se observar que é cada vez maior o número de pessoas que buscam a educação profissional para uma possível recolocação ou inserção no mercado de trabalho.

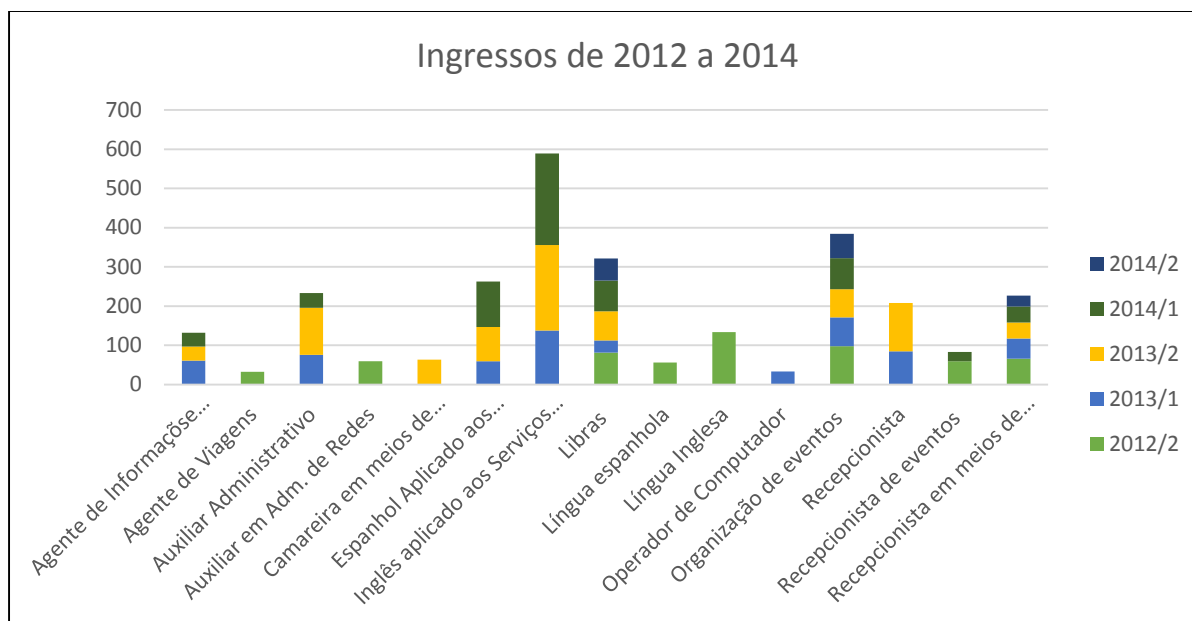
Gráfico 3: Quantitativo de matrículas de 2012 a 2014:



Fonte: Registro Acadêmico do IFB – Campus Brasília

Analisando o Gráfico 3, evidenciamos que o PRONATEC no IFB – Campus Brasília teve seu ápice no ano de 2013, pois mais de 50% do total de 2.817 alunos matriculados foram atendidos por essa política de educação profissional e tecnológica nesse período.

Gráfico 4: Número de Ingressos por Curso de 2012 a 2014:



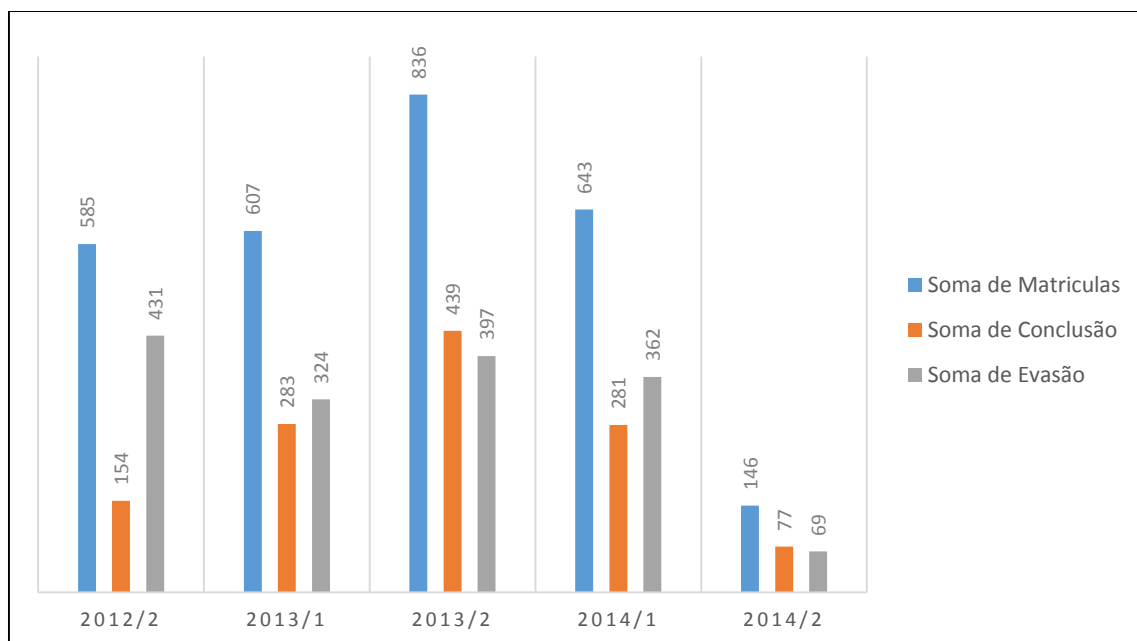
Fonte: Registro Acadêmico do IFB – Campus Brasília

Com relação ao Gráfico 4 e a tabela 1 que traz a distribuição dos cursos nos Instituto Federal de Brasília – *Campus Brasília*, analisamos a evolução das matrículas no IFB – Campus Brasília. Podemos verificar como foi a distribuição de alunos versus a oferta de cursos profissionalizantes.

No início do programa em 2012 tinham 585 matrículas nos diversos cursos ofertados, observamos um aumento significativo de matrículas nos anos seguintes, chegando a 1443 matrículas, dentro dos anos de 2012 e 2013, essa elevação das matrículas pode ser justificado pela ocorrência de eventos importantes dentro do distrito federal como, a Copa das Confederações e do Mundo, que necessitou uma grande procura por cursos de rápida duração, outro fator importante foi a condicionalidade de realização e um curso profissionalizante para o recebimento do seguro desemprego, porém com todos esses avanços em 2014 declinou para em média 789 matrículas, os gestores justificaram esse declínio nas matrículas com o período ao qual a economia do país passou a enfrentar a partir do final de 2014 para início de 2015, período marcado por cortes no orçamento do Governo Federal atingindo o PRONATEC, isso fez os gestores custear a oferta desses cursos com recurso da Rede.

Outro fator importante para a descontinuidade do programa foi o índice de evasão dos alunos, conforme demonstrado nos gráficos a seguir:

Gráfico 5: Evolução do Curso de 2012 a 2014:



Fonte: Registro Acadêmico do IFB – Campus Brasília

Com os índices do gráfico 5 é possível observar que no período de existência do programa em alguns anos tivemos uma evasão maior que o quantitativo de alunos que concluíram o curso, sendo assim a partir de 2015 não foram mais pactuadas novas turmas, e o PRONATEC passou a ser considerada uma política “neodesenvolvimentista³ de indução a formação de força de trabalho flexível”. Ou seja, mais uma política pública que dependia de uma economia financeira estável para se manter, e não somente de alunos dispostos a participar.

5. METODOLOGIA

O problema foi abordado por meio de uma pesquisa de caráter quantitativo e qualitativa, já que os sujeitos e os fenômenos investigados possuem uma relação dialógica que necessita de análise, interpretação e construção de significados que são contrários aos métodos quantitativos e exatos.

5.1. Universo, amostra e instrumentos da pesquisa

³ “Neodesenvolvimentista enquadra-se perfeitamente na pauta neoliberal. Na prática, a terceira via torna-se uma espécie de versão *ultra light* da estratégia de ajuste da economia brasileira aos imperativos do capital financeiro”. Desenvolvimento e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Disponível em: < //http:scielo.br>.

O ambiente da pesquisa será o Instituto Federal de Brasília – *Campus Brasília*, sendo que a amostra foi constituída pelos Cursos de Formação Inicial e Continuada, ofertados por meio do PRONATEC de 2012 a 2014.

Onde no local em estudo essa amostra tinha sua distribuição entre 15 cursos dentre eles: Agente de Informações Turísticas, Agente de Viagens, Auxiliar Administrativo, Auxiliar em Adm. de Redes, Camareira em Meios de Hospedagem, Espanhol Aplicado aos serviços Turísticos, Inglês aplicado aos Serviços Turísticos, Libras, Língua Espanhola, Língua Inglesa, Operador de Computador, Organização de Eventos, Recepcionista, Recepcionista de Eventos, Recepcionista em Meios de Hospedagem, esses cursos forma ofertados durante os anos de 2012 e 2014, onde foi possível atender em torno de 2.800 alunos.

Como instrumento para a coleta de dados, utilizamos documentos arquivados no registro acadêmico ao longo dos anos de oferta dos cursos.

Reunidos, estabeleceu-se as seguintes etapas, conforme o Quadro 1, abaixo:

Quadro 1 – Etapas da pesquisa

Etapas	Ações
I	Elaboração e aplicação do referencial bibliográfico.
II	Análise dos documentos referentes à proposta pedagógica da escola para detectar a abordagem prevista para a aplicabilidade da respectiva política pública.
III	Levantamento dos cursos e dos aspectos de formalização dos mesmos desde a sua aplicabilidade até a elaboração dos certificados.
IV	Construção dos gráficos e dos resultados da pesquisa.

Embora essas etapas estejam descritas de forma linear, na prática elas aconteceram de maneira simultânea e articulada entre si, pois somente desta forma acredita-se que serão cumpridos os objetivos propostos no projeto de pesquisa que ora se apresenta em uma constante pesquisa-ação-reflexão para a construção e a sedimentação das ideias pertinentes ao presente trabalho.

6. RESULTADOS ESPERADOS

As políticas públicas voltadas para juventude vêm ganhando espaço nas agendas governamentais, porém ainda há muito o que se fazer não só no sentido de criar políticas públicas para esse público, também é preciso estudar as oportunidades de mercado para que essa parcela da sociedade no que diz respeito a educação profissional qualificada tenha sua inserção no mercado de trabalho.

Conforme a análise dos dados coletados no registro acadêmico do Instituto Federal – *Campus* Brasília, identifica-se que a quantidade de matrículas nos cursos ofertados pelo programa do governo federal, PRONATEC, é alta em relação ao número de jovens que conseguem concluir os cursos, por isso a necessidade que o governo invista na formação dos professores e de todos os participantes desses programas, para que possam saber trabalhar melhor com seus alunos, de forma que atraiam os mesmos para dar sempre continuidade nos seus estudos, e por outro lado o Governo precisa criar mecanismos que os participantes desses programas sejam possivelmente de baixa renda, por ser um público mais necessitado de uma profissionalização, onde os levariam a ter um pouco mais compromisso com os estudos. Uma possibilidade de evitarmos a evasão desses alunos durante o curso, e assim possamos proporcionar um futuro de profissionais mais qualificados para o mercado de trabalho.

Ao longo do trabalho nota-se que os objetivos dessa pesquisa foram alcançados, por meio de, observações e análise dos dados obtidos, onde podemos perceber que no Instituto Federal de Brasília – *Campus* Brasília a busca pela qualificação profissional sempre foi uma preocupação de todos, no que tange preparar pessoas aptas a desempenhar alguma atividade dentro ou fora do seu espaço de estudo.

Com isso podemos observar que as pessoas são ativos valiosos imprescindíveis para as organizações, é nelas que se localizam a potência construtiva das competências. Sem as pessoas, qualquer que seja a tecnologia, por mais importante e inovadora, não funcionaria. Assim, reconhecemos que avançamos muito em pouco tempo quando se trata de políticas públicas de profissionalização, mas precisamos avançar mais para garantir os direitos e cidadania dos jovens.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- Brasil. **PL nº 2.845, de 2000**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em 2 de outubro de 2018.
- Brasil. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], p. 7, 14 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 3 de outubro de 2018.
- Brasil. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], p. 1, 27 de outubro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 3 de outubro de 2018.
- Brasil. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], nº. 150, p. 1, 6 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 2 de outubro de 2018.
- Brasil. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], p. 13563, 16 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 2 de outubro de 2018.
- CORROCHANO, Maria Carla. Trabalho e educação no tempo da juventude: entre dados e ações públicas no Brasil. In: **juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. Organizadoras, Fernanda de Carvalho Papa, Maria Virgínia de Freitas.- São Paulo: Pierópolis, 2011.
- Decreto **nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], p. 6975, 26 de setembro de 1909. Disponível em: <http://www.camara.leg.br>. Acesso em 3 de outubro de 2018.
- SILVA, R., S.; SILVA, V. R. **Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios**. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 18 out. 2019.
- DEITOS, R. A.; LARA, A. M. de. B; ZANARDINI, I. M. S. **Política de educação profissional no Brasil: aspectos socioeconômicos e ideológicos para a implantação do PRONATEC**. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 18 out. 2019.
- LIMA, A. F. de. **Políticas públicas para a juventude: o PRONATEC como instrumento de capacitação dos jovens para o mercado de trabalho**. (Monografia). 2015. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/2006/4/Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20para%20a%20juventude%20o%20PRONATEC_Artigo_2015.pdf. Acesso em 2 de out. 2019.
- LIMA, Paulo Daniel Barreto. **Excelência em Gestão Pública**: Recife: Fórum Nacional de Qualidade, 2006.
- MATOS, F. do R. de. **PRONATEC como expressão de política pública Brasileira: concepção, amplitude e reações**. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br>. Acesso em 18 out. 2019.
- NERI, Marcelo Côrtes. Onda jovem na educação profissional: determinantes e motivações In: **desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Organizadores, Carlos Henrique Corseuil, Rosana Ulhôa Botelho.- Rio de Janeiro: Ipea, 2014.
- REIS, Maurício Cortez. Uma análise da características do primeiro emprego nas regiões metropolitanas brasileiras In: **desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Organizadores, Carlos Henrique Corseuil, Rosana Ulhôa Botelho.- Rio de Janeiro: Ipea, 2014.
- RIBEIRO, Eliane. Políticas públicas de educação e juventude: avanços, desafios e perspectivas. In: **juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. Organizadoras, Fernanda de Carvalho Papa, Maria Virgínia de Freitas.- São Paulo: Pierópolis, 2011.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**, Leonardo Secchi.-2ª Ed.-São Paulo: Cengage Learning, 2013.